

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul)S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 02 de fevereiro de 2024.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP015199/F

Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	52.345	56.436	Fornecedores		782	2.010
Contas a receber	8	16.370	14.284	Empréstimos e financiamentos	12	32.999	30.051
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		588	629	Debêntures	13	13.632	12.210
Almoxarifado		17.548	16.567	Salários e encargos		987	882
Caixa Restrito	9	-	18	Impostos e contribuições sociais		1.642	1.654
Outros ativos		4.727	11.121	IRPJ e CSLLI a recolher	15	1.348	493
		91.578	99.055	Dividendos a pagar	16	91.597	101.971
				Passivos financeiros setoriais		1.926	2.136
				Outros passivos		2.267	2.995
						147.180	154.402
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	9	25.966	23.468	Empréstimos e financiamentos	12	246.999	275.046
Tributos diferidos	15	75.560	81.470	Debêntures	13	113.400	122.135
Imobilizado	10	978.278	998.043	Provisão para Contingências	14	8.266	1.636
Intangível	11	27.970	25.100			368.665	398.817
		1.107.774	1.128.081	Patrimônio líquido			
				Capital social	16	733.832	733.832
				Reserva legal	16	24.415	21.886
				Prejuízos acumulados		(74.740)	(81.801)
						683.507	673.917
		1.199.352	1.227.136			1.199.352	1.227.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		147.244	120.613
Serviços Cobráveis		281	-
Outras Receitas		9.140	6.116
Tributos			
PIS-PASEP		(2.668)	(2.160)
COFINS		(12.287)	(9.948)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.360)	(1.099)
Reserva Global de reversão - RGR		(3.783)	(3.183)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(520)	(443)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		<u>136.047</u>	<u>109.896</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	17	(8.799)	(7.388)
Materiais		(1.023)	(909)
Serviços de terceiros		(7.195)	(6.428)
Arrendamentos e aluguéis		(1.726)	(1.075)
Seguros		(490)	(644)
Doações, contribuições e Subvenções		(464)	(274)
Provisões		(5.264)	2.983
(-) Recuperação de despesas		-	109
Tributos		(244)	(148)
Depreciação e Amortização		(35.091)	(34.662)
Outras Receitas Operacionais		89	395
Outras Despesas Operacionais		-	-
Resultado da Atividade		<u>75.840</u>	<u>61.855</u>
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras	18	(43.751)	(46.114)
Receitas Financeiras	18	8.727	8.516
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>40.816</u>	<u>24.257</u>
Imposto de renda corrente	15	(13.999)	(8.502)
Contribuição social corrente	15	(5.215)	(3.158)
Total		<u>(19.214)</u>	<u>(11.660)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>21.602</u>	<u>12.597</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	21.602	12.597
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>21.602</u>	<u>12.597</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Total
		Legal	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	733.832	12.104	(38.154)	707.782
Lucro líquido do exercício	-	-	12.597	12.597
Constituição de reserva legal	-	9.782	(9.782)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(46.462)	(46.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	733.832	21.886	(81.801)	673.917
Lucro líquido do exercício	-	-	21.602	21.602
Constituição de reserva legal	-	2.529	(2.529)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(12.012)	(12.012)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	733.832	24.415	(74.740)	683.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	40.816	24.257
Ajuste para:		
Depreciação	35.091	34.662
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	43.245	45.375
Provisão Contingência	5.264	(2.906)
Atualização de impostos a recuperar	(17)	(64)
Ajuste de fornecedores	-	(186)
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(2.087)	(3.266)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	56	2.564
Outros ativos	5.414	(3.423)
Fornecedores	(1.228)	(744)
Salários e encargos	105	164
Impostos e contribuições sociais	(12)	182
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(12.346)	(8.603)
Contingências	1.366	2.626
Outros passivos	(1.035)	
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	114.632	90.638
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(33.715)	(35.784)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	80.917	54.854
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa Restrito	(2.481)	(3.798)
Aquisição de Imobilizado	(15.327)	(27.982)
Intangível	(2.871)	(4.188)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	(20.679)	(35.968)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Captação de Empréstimos	45	-
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(41.987)	(32.993)
Pagamento de Dividendos	(22.387)	
Fluxo de caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento	(64.329)	(32.993)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(4.091)	(14.107)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.436	70.543
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	52.345	56.436
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(4.091)	(14.107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. (“COPEL GeT”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 013/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a) Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$73.080 mil, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2023 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 8%, chegando a R\$ 140.727. O montante de RAP recebida no exercício de 2022 foi de 106.832.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 09 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693/2021 que autoriza a Companhia a implantar reforços em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo com prazo de construção de até 30 meses e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 3.198, data-base junho/2020 quando estiver operando. A companhia começou o investimento no terceiro trimestre de 2021.

Em Setembro de 2022 foram concluídas as obras do Novo Ramal de Marimbondo (REA 9693/2021) e em 13 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 24 de Outubro de 2022.

b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c) Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2. Base de preparação e mensuração

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de abril de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

b) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. Interpretações divergentes dos regulamentos tributários, pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 15.

5. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

6.2. Imobilizado

6.2.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

6.2.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para

capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

6.3. Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

6.4. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

6.5. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

6.6. Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

6.7. Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

6.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

6.8.1. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.8.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

6.9. Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 14.120/21 e Resolução Normativa ANEEL nº 998/20.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

6.10. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

6.10.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.10.2. Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.11. **Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.12. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Matrincha, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) - Equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
 - Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
 - Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
 - Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.
- Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e Bancos conta movimento	12.729	12.835
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	3.449	10.447
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	3.462	3.149
Aplicação financeira - CDB Parana Banco	16.241	-
Aplicação financeira - CDB Banco XP	16.464	30.005
	<u>52.345</u>	<u>56.436</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 102,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vencidos acima de 120 dias	914	867
Vencidos de 61 a 120 dias	158	19
Vencidos até 60 dias	675	29
A vencer	14.623	13.369
	<u>16.370</u>	<u>14.284</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão, no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST), relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária. Além disso, os débitos vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

9. Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, apresentado em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual.

Conta de Complementação de ICSD registra o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado pela Companhia e o valor equivalente ao ICSD mínimo de 1,2 na data-base.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2022</u>
Pagamento Debentures	22	4	18
Reserva de Debêntures	12.694	2.887	9.807
Reserva de BNDES	13.250	(411)	13.661
	<u>25.966</u>	<u>2.480</u>	<u>23.486</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Circulante	-	18	
Não circulante	25.966	23.468	
	<u>25.966</u>	<u>23.486</u>	

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	216	-	-	-	216	-	-	216	216
Máquinas e Equipamentos	1.178.643	-	-	-	1.178.643	-	(243.013)	935.630	968.967
Edificações e obras civis	16.088	-	-	-	16.088	-	(5.476)	10.612	12.149
Móveis e utensílios	127	-	-	-	127	-	(59)	68	76
Subtotal	1.195.074	-	-	-	1.195.074	-	(248.548)	946.526	981.408
Administração									
Edificações e obras civis	628	-	-	-	628	-	(272)	356	455
Máquinas e Equipamentos	458	298	-	-	756	298	(376)	380	164
Veículos	-	4	-	-	4	4	(1)	3	-
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1	-	(1)	-	1
Subtotal	1.087	302	-	-	1.389	302	(650)	739	620
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	219	-	-	-	219	-	-	219	219
Edificações e obras civis	116	-	-	-	116	-	-	116	116
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	13.909	-	-	-	13.909	-	-	13.909	13.909
Depositos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material em depósito	-	14.896	-	-	14.896	14.896	-	14.896	-
Melhorias na linha	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.244	14.896	-	-	29.140	14.896	-	29.140	14.244
Administração									
Instalações - Subcrédito C	1.771	102	-	-	1.873	102	-	1.873	1.771
Subtotal	1.771	102	-	-	1.873	102	-	1.873	1.771
Total do Ativo imobilizado	1.212.176	15.300	-	-	1.227.476	15.300	(249.198)	978.278	998.043

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo histórico	1,10%	1.195.074	(248.548)	946.526	1.012.481
Administração					
Custo histórico	10%	1.389	(650)	739	1.347
Total em serviço		1.196.463	(249.198)	947.265	1.013.828
Em Curso					
Transmissão					
Custo histórico		29.140	-	29.140	10.191
Administração					
Custo histórico		1.873	-	1.873	1.982
Total em curso		31.013	-	31.013	12.173
Total Imobilizado		1.227.476	(249.198)	978.278	1.026.001

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

11. Intangível

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Baixa	Transferencia	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições líquidas	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão									
Software	7	-	-	-	7	-	(2)	5	7
Servidões	23.915	617	-	-	24.532	617	-	24.532	23.915
Subtotal	23.922	617	-	-	24.539	617	(2)	24.537	23.922
Administração									
Software	169	-	-	-	169	-	(131)	38	64
Subtotal	169	-	-	-	169	-	(131)	38	64
Ativo Imobilizado em Curso									
Servidões	1.114	11.972	-	(9.691)	3.395	2.281	-	3.395	1.114
Subtotal	1.114	11.972	-	(9.691)	3.395	2.281	-	3.395	1.114
Total do Ativo intangível	25.205	12.589	-	(9.691)	28.103	2.898	(133)	27.970	25.100

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

Abaixo está o saldo da dívida com o BNDES em 31/12/2023:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Liberação</u>	<u>Juros Apropriados</u>	<u>Amortização de Juros</u>	<u>Amortização de Principal</u>	<u>31/12/2023</u>
BNDES Subcrédito A	291.452	-	25.419	(22.731)	(26.677)	267.463
BNDES Subcrédito B	12.208	-	1.020	(908)	(1.134)	11.186
BNDES Subcrédito C	1.437	45	95	(82)	(146)	1.349
	<u>305.097</u>	<u>45</u>	<u>26.534</u>	<u>(23.721)</u>	<u>(27.957)</u>	<u>279.998</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>				
Circulante	32.999	30.051				
Não circulante	246.999	275.046				
	<u>279.998</u>	<u>305.097</u>				

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total		Reaptação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	2024	2025	2026+	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																			
BNDES - Subcrédito A	899	30.625	235.939	267.463	Sim	28/09/2016	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	TJLP	2,42%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	05/01/2031	Mensal	31.550	49.357	186.556	267.463	
BNDES - Subcrédito B	36	1.281	9.869	11.186	Sim	28/09/2016	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	TJLP	2,02%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	15/01/2031	Mensal	1.304	2.039	7.843	11.186	
BNDES - Subcrédito C	3	155	1.190	1.348	Sim	28/09/2016	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	TJLP	N/A	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	15/02/2034	Mensal	145	226	977	1.348	
Total por Dívida	938	32.061	246.998	279.997											32.999	51.622	195.376	279.997	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											-	-	-	-	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	938	32.061	246.998	279.997											32.999	51.622	195.376	279.997	

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Cronograma de Amortização				
									2024	2025	2026	2027+	Total
9	Ativos Financeiros		52.346	25.967	78.313	-	-	-	78.313	-	-	-	78.313
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras		52.346	25.967	78.313	-	-	-	78.313	-	-	-	78.313
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111		12.729	-	12.729	Sim	CDI		12.729	-	-	-	12.729
9.1.2	Aplicação Financeira CDB		39.617	-	39.617	Sim	CDI		39.617	-	-	-	39.617
9.1.5	Aplicação Financeira Títulos Públicos		-	25.967	25.967	Sim	CDI		25.967	-	-	-	25.967

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2023	Total 2022
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.266	45.585	362.277	409.128	442.036
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	52.346	-	52.346	26.449
Dívida Líquida	1.266	97.931	362.277	461.474	468.485

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Subcrédito "A"

No valor de R\$420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito "B"

No valor de R\$17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito "C"

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 151 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de fevereiro de 2034. Em 31 de dezembro de 2023 já haviam sido desembolsados R\$ 2.200. deste subcrédito C.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2024	2025	2026	2027 até o fim do contrato	Total
BNDES Subcrédito A	31.550	49.357	49.357	137.199	267.463
BNDES Subcrédito B	1.304	2.039	2.039	5.804	11.186
BNDES Subcrédito C	145	226	226	752	1.349
Total	32.999	51.622	51.622	143.755	279.998

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;
- Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e
- Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

13. Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings);
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão:15/07/2018;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;
- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2022	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2023
Debentures	136.941	16.214	(9.994)	(14.030)	-	129.131
Custo de transação	(2.596)	-	-	-	496	(2.099)
	<u>134.345</u>	<u>16.214</u>	<u>(9.994)</u>	<u>(14.030)</u>	<u>496</u>	<u>127.032</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	13.632	12.210
Não circulante	113.400	122.135
	<u>127.032</u>	<u>134.345</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a seguir:

	2024	2025	2026	2027 até o final do contrato	Total
Debêntures	13.632	13.227	24.145	78.127	129.131
	<u>13.632</u>	<u>13.227</u>	<u>24.145</u>	<u>78.127</u>	<u>129.131</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31 de dezembro de 2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2023 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexado	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total			Garantia	ou Juros	% a.a.	Serviço da dívida	Serviço da dívida	Amortização	Final	de Amortiz.	2024	2025	2026+	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																			
DEBÊNTURES	328	13.524	115.279	129.131	SIM	15/05/2016	Compartilhada com BNDES	IPCA	7,58%	15/06/2024	SEMESTRAL	15/06/2024	15/06/2029	SEMESTRAL	13.632	13.227	102.272	129.131	
Total por Dívida	328	13.524	115.279	129.131	-	-									13.632	13.227	102.272	129.131	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											-	-	-	-	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	328	13.524	115.279	129.131											13.632	13.227	102.272	129.131	

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

14. Provisão para contingências

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas, em especial, a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	169	313
Tributaria	2.050	-
Civil	2.689	1.323
Administrativa	3.358	-
	<u>8.266</u>	<u>1.636</u>

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	1.044	1.842
Tributaria	393	7.348
Cível (a)	102.249	79.155
	<u>103.686</u>	<u>88.345</u>

Os valores de servidão referem-se a disputa entre as partes estando as ações parcialmente garantidas mediante depósitos judiciais.

- (a) Ainda na esfera cível, a Companhia é parte em dois processos judiciais de valor relevante. O primeiro processo, no valor atualizado de R\$ 78.282, questiona decisão administrativa proferida pela ANEEL no sentido de executar a apólice de fiel cumprimento do contrato de concessão em função do atraso na entrada em operação comercial do empreendimento. Em 22 de junho de 2023, foi proferida sentença confirmando liminar anteriormente deferida e julgando totalmente procedente o pedido da GTE para anular o procedimento administrativo de execução da garantia de fiel cumprimento do contrato de concessão. Desde então, a ANEEL interpôs recurso de apelação, a GTE apresentou resposta ao recurso e em 27 de outubro de 2023 os autos foram remetidos ao TRF da 1ª Região em grau recursal. O segundo processo, no valor atualizado de R\$ 15.171, questiona decisão administrativa também proferida pela ANEEL no sentido de descontar receita operacional recebida supostamente de forma indevida pela GTE no período de agosto a dezembro de 2016, decisão esta que é totalmente refutada pela Companhia. Em dezembro de 2022, a Companhia ingressou em juízo questionando a decisão proferida pela ANEEL e, em abril de 2023, foi concedida decisão liminar suspendendo qualquer desconto de RAP pela ANEEL relacionado a este tema, decisão esta que permanece vigente.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em uma arbitragem. A perda é classificada como possível, pois os prognósticos de êxito nestes casos são difíceis de prever, tendo em vista o caráter iminente técnico da grande maioria dos os pleitos em discussão, que será analisado por um perito escolhido pelas partes. Além disso, a decisão do tribunal de arbitragem deverá levar em conta, além dos pedidos da requerente, os valores de reconvenção apresentados pela Companhia, sendo precipitado neste momento a avaliação dos valores envolvidos em eventual sentença desfavorável à Companhia. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer montante para estes casos nos valores classificados como perda possível.

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Ativo Diferido			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2022	59.906	21.564	81.470
Adições 2023	-	-	-
Amortização 2023	(4.345)	(1.565)	(5.910)
Saldo em 31/12/2023	55.561	19.999	75.560

Passivo Corrente			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2022	349	145	494
Adições 2023	13.999	5.215	19.214
Pagamentos	(8.936)	(3.411)	(12.347)
Compensação	(4.447)	(1.566)	(6.013)
Saldo em 31/12/2023	965	383	1.348

Resultado	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda corrente	(13.999)	(8.502)
	(13.999)	(8.502)
Contribuição social corrente	(5.215)	(3.158)
	(5.215)	(3.158)
Líquido	(19.214)	(11.660)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	374.254
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578	359.578
	<u>733.832</u>	<u>733.832</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, n° 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$ 46.464, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 0,063317 para cada ação do capital social.

Em 28 de junho de 2023, a Companhia pagou o valor de R\$10.374, referente à distribuição parcial de dividendos mínimos obrigatórios do exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o valor de R\$ 12.013, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 0,016,37 para cada ação do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

17. Pessoal

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal	7.807	6.519
Remuneração	3.919	3.179
Encargos sobre a folha de pagamento	1.666	1.412
13o salário	0	259
Férias	362	339
Gratificação	475	108
Benefícios a empregados	1.385	1.222
Administradores	992	869
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	986	863
Benefícios dos administradores	6	6
Total	8.799	7.388

18. Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	9.127	8.626
Variações monetárias ativas	15	64
Juros sobre recebimentos	10	22
Outras receitas financeiras	-	214
Pis sobre receitas financeiras	(59)	(57)
Cofins sobre receitas financeiras	(366)	(353)
	8.727	8.516
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(117)	(67)
Juros e multas	(152)	(45)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(42.732)	(45.875)
Despesas com debêntures	(496)	499
Outras despesas financeiras	(254)	(626)
	(43.751)	(46.114)
Total	(35.024)	(37.598)

19. Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

19. Conciliação -- Continuação

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	52.345	-	52.345	56.436	-	56.436
Contas a receber	16.370	-	16.370	14.284	-	14.284
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	588	-	588	629	-	629
Ativo de contrato	-	117.867	117.867	-	112.039	112.039
Caixa restrito	-	-	-	18	-	18
Almoxarifado Operacional	17.548	-	17.548	16.567	-	16.567
Outros ativos circulantes	4.727	-	4.727	11.120	1	11.121
Total do ativo circulante	91.578	117.867	209.444	99.054	112.040	211.094
NÃO CIRCULANTE						
Caixa restrito	25.966	-	25.966	23.468	-	23.468
Ativo de contrato	-	1.452.538	1.452.538	-	1.447.677	1.447.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75.560	(75.560)	-	81.470	(81.470)	-
Imobilizado líquido	978.278	(960.771)	17.508	998.043	(995.652)	2.391
Intangível	27.970	(20.663)	7.308	25.100	(20.664)	4.436
Total do ativo não circulante	1.107.774	395.544	1.503.320	1.128.081	349.890	1.477.972
TOTAL DO ATIVO	1.199.352	513.411	1.712.764	1.227.136	461.930	1.689.066
PASSIVO E PATRIMÔNIO						
LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	782	-	782	2.010	-	2.010
Empréstimos e financiamentos	32.999	-	32.999	30.051	-	30.051
Debêntures	13.632	-	13.632	12.210	-	12.210
Salários e encargos	987	-	987	882	-	882
Impostos e contribuições sociais	1.642	-	1.642	1.654	-	1.654
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.348	-	1.348	493	-	493
Dividendos a pagar	91.597	-	91.597	101.971	-	101.971
Encargos setoriais	1.926	-	1.926	2.136	-	2.136
Outros passivos circulantes	2.267	-	2.267	2.995	-	2.995
Total do passivo circulante	147.180	-	147.180	154.402	-	154.402
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	246.999	-	246.999	275.046	-	275.046
Debêntures	113.400	-	113.400	122.135	-	122.135
Passivo contingente	8.266	-	8.266	1.636	-	1.636
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	125.822	125.822	-	103.316	103.316
Total do passivo não circulante	368.665	125.822	494.487	398.817	103.316	502.133
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	733.832	-	733.832	733.832	-	733.832
Reserva legal	24.415	-	24.415	21.886	-	21.886
Reserva de retenção de lucros	-	312.850	312.850	-	276.812	276.812
Lucro / Prejuízos acumulados	(74.741)	74.741	-	(81.801)	81.801	-
Total do patrimônio líquido	683.506	387.591	1.071.097	673.917	358.613	1.032.530
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.199.352	513.411	1.712.764	1.227.136	461.929	1.689.065

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

19. Conciliação –Continuação

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	147.244	14.448	161.692	120.613	14.579	135.192
Receita de construção	-	5.661	5.661	-	38.349	38.349
Custo de construção	-	-	-	-	(27.028)	(27.028)
Serviços Cobráveis	281	(281)	-	-	-	-
Outras Receitas	9.140	(9.140)	-	6.116	-	6.116
Tributos						
PIS-PASEP	(2.668)	-	(2.668)	(2.160)	-	(2.160)
COFINS	(12.287)	-	(12.287)	(9.948)	-	(9.948)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.360)	-	(1.360)	(1.099)	-	(1.099)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.783)	-	(3.783)	(3.183)	-	(3.183)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(520)	-	(520)	(443)	-	(443)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	136.047	10.688	146.735	109.896	25.900	135.796
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(8.796)	-	(8.796)	(7.388)	-	(7.388)
Materiais	(1.023)	-	(1.023)	(909)	-	(909)
Serviços de terceiros	(7.195)	-	(7.195)	(6.428)	-	(6.428)
Arrendamentos e aluguéis	(1.726)	-	(1.726)	(1.075)	-	(1.075)
Seguros	(490)	-	(490)	(644)	-	(644)
Doações, contribuições e Subvenções	(464)	-	(464)	(274)	-	(274)
Provisões	(5.264)	-	(5.264)	2.983	-	2.983
(-) Recuperação de despesas	-	-	-	109	-	109
Tributos	(244)	-	(244)	(148)	1	(147)
Depreciação e Amortização	(35.091)	34.882	(209)	(34.662)	34.143	(519)
Outras Receitas Operacionais	89	-	89	395	146.121	146.516
Resultado da Atividade	75.840	45.570	121.413	61.855	206.165	268.020
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(43.751)	-	(43.751)	(46.114)	-	(46.114)
Receitas Financeiras	8.727	-	8.727	8.516	-	8.516
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	40.816	45.570	86.389	24.257	206.165	230.422
Imposto de renda diferido	-	(12.091)	(12.091)	-	(4.673)	(4.673)
Contribuição social diferido	-	(4.504)	(4.504)	-	(18.451)	(18.451)
Imposto de renda corrente	(13.999)	-	(13.999)	(8.502)	-	(8.502)
Contribuição social corrente	(5.215)	-	(5.215)	(3.158)	-	(3.158)
Total	(19.214)	(16.595)	(35.809)	(11.660)	(23.124)	(34.784)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.602	28.975	50.580	12.597	183.041	195.638

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

19. Conciliação—Continuação

19.1. Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

19.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

19.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

19.4 Remuneração do ativo de contrato (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

19.5 Impostos diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

20. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos Societário no início do exercício	1.071.097	1.032.530
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(1.570.406)	(1.559.715)
Impostos diferidos ativos	75.560	81.471
Imobilizado	960.771	995.652
Intangível	20.663	20.664
Impostos diferidos passivos	125.822	103.316
Patrimônio líquido societário	683.507	673.918

21. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	50.580	195.638
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita de operação com transmissão de energia	156.384	126.729
(-) Receita de operação com transmissão de energia	(156.384)	(126.729)
Margem de construção	(5.661)	(11.321)
Atualização do ativo financeiro da concessão (CPC 47)	(117.069)	(108.114)
Amortização do ativo de contrato da concessão (CPC 47)	112.039	93.534
Efeito revisão tarifaria 2022	-	(146.121)
Depreciação e amortização regulatória	(34.882)	(34.143)
Tributos sobre as diferenças de praticas contábeis	16.595	23.124
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	21.602	12.597

22. Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	52.346	56.436
Conta a receber	16.370	14.284
Caixa restrito	25.967	23.486
	<u>94.683</u>	<u>94.206</u>

Caixa e equivalentes de caixa

Representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.

Contas a receber

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.

Caixa restrito

Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debêntures da Companhia.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

b) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de commodities e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- Risco de taxa de juros: Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras - CDB-DI	39.617	43.601

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes.

b) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos--Continuação

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

22.1. Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.